



# CNRH

Conselho Nacional  
de Recursos Hídricos

**Item 7. Apresentação do Relatório do Grupo de Trabalho que tratou da suspensão da emissão dos boletos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos e do custeio das entidades delegatárias no exercício de 2020.**

**REUNIÃO  
EXTRAORDINÁRIA DE  
25/08/2020**

## **INTRODUÇÃO:**

- **ENCAMINHAMENTO PELO PLENÁRIO DO CNRH, PARA A FORMAÇÃO DO GT (29/06/2020);**
- **OBJETIVO: PROPOR ALTERNATIVAS PARA QUE AS ENTIDADES DELEGATÁRIAS, POSSAM UTILIZAR, EXCEPCIONALMENTE, ESTE ANO EM RAZÃO DA PANDEMIA DE COVID-19, PARTE DOS RECURSOS DISPONÍVEIS EM CAIXA PARA CUSTEIO ADMINISTRATIVO, PARA O ALÍVIO DA COBRANÇA AOS USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS;**
- **CONVITE PARA A FORMAÇÃO DO GT - ENCAMINHADO PELA SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH (09/07/2020) - PRAZO PARA RECEBIMENTO DE INDICAÇÕES ATÉ 14/07/2020;**
- **FORMAÇÃO DO GT (10 MEMBROS):**

### Governo Federal (2)

- Ministério do Desenvolvimento Regional – SNSH/DRHB
- Vacância da indicação de representante pelo Governo Federal

### Conselhos Estaduais e Distrital de Recursos Hídricos (2)

- CERH Minas Gerais
- CERH Rio Grande do Norte

### Suplentes

- CERH Espírito Santo
- CERH Mato Grosso do Sul

### Usuários (4)

- Irrigantes
- Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
- Indústria
- Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo

### Suplente

- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica

### Sociedade Civil (2)

- Organização Não Governamental – Consorcio PCJ
- Comitês de Bacias Hidrográficas em rios de domínio da União

## **INTRODUÇÃO:**

### **➤ PRINCIPAIS ATIVIDADES E REUNIÕES REALIZADAS PELO GT:**

- 1º ENCONTRO : 21/07/2020;**
- 2º ENCONTRO: 27/07/2020 - com a participação das E.D.'S: Agência PEIXE VIVO, Agência PCJ E AGEVAP e, convite para AGEVAP expor sobre experiência de antecipação de recursos de investimento para custeio realizada pelo CERHI-RJ;**
- 3º ENCONTRO: 12/08/2020 - Análise e revisões do Relatório Preliminar elaborado pelo GT;**
- 17/08/2020 - Conclusão dos trabalhos com encaminhamento do Relatório para os membros do GT para aprovação;**
- 19/08/2020 - Finalização do Relatório e remessa para a Secretaria Executiva do CNRH.**

**\*Como apoio Técnico, a ANA também participou de todos os encontros realizados.**

## **BREVE HISTÓRICO DA QUESTÃO ANALISADA PELO GT:**

- **PEDIDO ORIGINAL:** Carta da CNI (02/04/2020) ao MDR = Pleiteando a suspensão da emissão dos boletos de cobrança pelo uso da água por 120 dias, de modo que os valores das parcelas desses meses (abril a julho), fossem acrescidas nas parcelas relativas a 2021, sem adição de juros ou multas, aplicando-se a medida, por conseguinte, aos usuários de todos os segmentos;
- **SOLUÇÃO:** A ANA, em resposta a demanda encaminhada pelo MDR, editou, em 15/04/2020, a Resolução nº 18/2020, como medida emergencial de enfrentamento dos efeitos causados pela pandemia, deferindo a suspensão do pagamento das parcelas da cobrança de uso de recursos hídricos de sua titularidade, relativas aos meses de abril a julho de 2020, postergando o pagamento para os meses de agosto a dezembro de 2020.
- Ainda, em razão do cenário e dos impactos ocasionados pela pandemia, a ANA prosseguiu com a realização de estudos técnicos adicionais, com o objetivo de avaliar o possível adiamento dos recolhimentos devidos, referentes ao exercício de 2020, para o exercício de 2021, em socorro aos usuários, reconhecendo as dificuldades financeiras diretas e indiretas do momento.

**PROBLEMA!:** A hipótese proposta pela ANA acarretaria um prejuízo direto aos recursos que seriam arrecadados e repassados neste exercício aos Comitês de Bacias destinados aos seus investimentos e, especialmente, àqueles destinados ao custeio das ED's., limitado a 7,5 % da arrecadação do exercício.

- Como solução, a ANA propôs, para que o CNRH, no exercício de suas competências legais, pudesse avaliar a possibilidade de, em razão excepcional e urgente, por força dos problemas gerados pela pandemia, autorizar, a utilização de recursos de investimentos existentes em caixa para o custeio administrativo das ED's no exercício 2020. Fundamento legal: Art. 35, VI, da Lei nº 9433/97: Compete ao CNRH: “estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”.

## PRINCIPAIS PONTOS DEBATIDOS PELO GT QUANTO ÀS PROPOSTAS DA ANA EM RELAÇÃO A COBRANÇA E AO CUSTEIO DAS ENTIDADES DELEGATÁRIAS:

-A suspensão da emissão dos boletos de cobrança do exercício de 2020 pela ANA, ocasionaria um déficit para os próprios investimentos planejados pelos Comitês, além do próprio custeio das ED's. = Falta de cobrança = Falta de Arrecadação = Renúncia de Receita? Adiamento de cobrança e arrecadação?

### **-CNRH POSSUI LEGITIMIDADE? DESVIO DE ATUAÇÃO?**

-Em unanimidade pelo grupo, foi evidenciado grande entrave para a proposta de uma solução, como proposto, ante a problemática quanto à legitimidade do CNRH para autorizar, em razão excepcional da pandemia e seus reflexos, a utilização dos recursos de investimento disponíveis em caixa para custeio administrativo pelas ED's:

= Divergência de interpretações jurídicas quanto a essa competência e atribuição legal para o CNRH prescrever sobre matéria, com fundamento no art. 35, inciso VI, dispondo de forma complementar aos termos da Lei nº 9.433/97, haja vista a taxativa limitação destinada ao custeio prevista no art. 22, § 1º.

➡ Considerando, portanto, se esta atuação, estaria abrangida pelo conceito de “diretrizes complementares” e, ainda, os limites estabelecidos pela Lei, revelou-se imprescindível para o grupo, que haja uma manifestação jurídica prévia de órgão competente e especializado, para amparar qualquer proposição do GT para o CNRH e a análise da matéria pelo Plenário.

## **ALTERNATIVAS PROPOSTAS PELO GT:**

### **I - Alternativa 1. Tema: Custeio das Delegatárias:**

Avaliar a possibilidade de a ANA assumir, em 2020, excepcionalmente, utilizando os recursos da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Aproveitamento de Potenciais Hidrelétricos, o repasse dos valores necessários para o custeio das ED's, como já aconteceu com o CBH São Francisco e o CBH Paranaíba ou, ainda, outras fontes de receitas previstas no art. 20, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000. Essa hipótese não contempla a devolução dos valores repassados pela ANA, mas a subsistência das ED's, em caráter excepcional, pelo órgão.

### **II - Alternativa 2. Tema: Cobrança e Custeio das Delegatárias:**

A ANA emitir os boletos para a cobrança para o presente exercício (para os usuários dos Comitês que adotam essa sistemática) e, caso verificada a falta de recursos para o custeio das ED's, em razão de inadimplência, a ANA cobre o déficit com seus recursos financeiros, assegurando o funcionamento das referidas entidades. Este valor seria repassado na forma de um adiantamento, devendo retornar ao caixa da ANA, na medida em que os pagamentos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos forem realizados, inexistindo, portanto, perda de receita pela ANA.

Propõe-se que a ANA desenvolva, ainda, um “programa de negociação de débitos” para auxiliar os usuários no parcelamento de débitos, que possa ser implementado nos casos de inadimplência.

## **ALTERNATIVAS PROPOSTAS PELO GT:**

### **III - Alternativa 3. Tema: Cobrança e Custeio das Delegatárias:**

Suspender a emissão dos boletos de cobrança pelo uso de recursos hídricos no presente exercício, sendo garantido o funcionamento das ED's, com os recursos financeiros da ANA. Estes recursos, ora aportados na forma de adiantamento de receita aos Comitês, deverão retornar ao caixa da ANA, no próximo, ou próximos exercícios, na medida em que as arrecadações das cobranças pelo uso dos recursos de hídricos sejam normalizadas, na forma a ser pactuada entre a ANA e o respectivo Comitê.

## **ALTERNATIVAS PROPOSTAS PELO GT:**

### **IV - Alternativa 4. Tema: Cobrança e Custeio das Delegatárias:**

Garantir o funcionamento das ED's, com autorização excepcional do CNRH, para os Comitês de Bacias utilizarem no exercício de 2020 os valores disponíveis em caixa destinados aos investimentos, desde que respeitado o limite de 7,5% fixado na Lei nº 9.433/97, observados os valores de 2019.

A proposta, entretanto, é para que essa utilização, ocorra a título de adiantamento e a devolução desses recursos para a conta “investimento”, a partir da normalização da arrecadação, no próximo, ou próximos exercícios, conforme planejamento a ser decidido entre os órgãos envolvidos, à semelhança do ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Resolução CERHI-RJ nº 153/2016 de 13 de abril de 2016.

➡ A utilização desta alternativa, porém, está condicionada ao posicionamento prévio da Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Regional, sobre a competência legal do CNRH para deliberar quanto a adoção dessa medida, no âmbito das diretrizes complementares, previstas no art. 35, inciso VI da Lei 9.433/97.



## **PRINCIPAIS CONCLUSÕES:**

- Em razão da situação excepcional que estamos atravessando, as instituições devem fortalecer seu compromisso com a implementação da Política, deixando para um momento posterior os interesses corporativos.
- A adoção de medidas para o alívio da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em 2020, em razão da pandemia poderá impactar na execução das atividades e investimentos programados pelos CBH's e na capacidade de custeio das ED's.
- A pandemia de COVID-19 é um problema conjuntural, com efeitos complexos sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e, diante dessa situação, caso o CNRH não se posicione, outras instâncias poderão fazer.

## **ENCAMINHAMENTOS DO GT:**

**1-Solicitação de um posicionamento da Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Regional, quanto a legitimidade do CNRH, para deliberar sobre a utilização, em caráter excepcional, dos valores de investimentos para o custeio das ED's no exercício de 2020, em razão dos efeitos da pandemia, para subsidiar proposta de Resolução ora apresentada pelo GT, ficando ressalvadas outras propostas de Resoluções que poderão ser elaboradas, na hipótese de acatamento das outras proposições/alternativas apresentadas pelo GT.**

**2-Solicitação de análise e posicionamento da ANA sobre as outras Alternativas propostas pelo GT, para subsidiar a análise do tema pelo CNRH e respectiva decisão sobre a questão.**

## **ENCAMINHAMENTOS DO GT:**

### **Minuta de Proposta de Resolução:**

- **Elaborada de acordo com a alternativa desenvolvida pelo GT, considerando a sugestão apresentada na Nota Técnica da ANA e, complementações provenientes dos debates realizados, considerando, além da excepcionalidade da situação da pandemia:**
  - Competência do CNRH para não somente para formular a Política Nacional de Recursos Hídricos, como também, para expedir os atos normativos complementares e indispensáveis para a garantia da operacionalização, sustentabilidade e funcionamento de todo o SINGREH, na evidência de caso omissivo e, situação excepcional decorrente de pandemia mundial, sem precedentes anteriores, como ora apurado;**
  - A obrigação do CNRH em zelar pelo equilíbrio do SINGREH, adotando solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais, no exercício de sua competência legal, ante a situação excepcional evidenciada no momento;**
  - A essencialidade e importância da continuidade dos trabalhos realizados pelas entidades delegatárias para a execução das atividades definidas pelos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.**

**PROPOSTA RESOLUÇÃO Nº , DE DE DE 2020.**

Dispõe sobre a autorização excepcional para utilização de recursos de investimentos existentes em caixa, para custeio administrativo das entidades delegatárias no exercício de 2020, observados os limites de custeio vigentes, em razão do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelo art. 35, inciso VI da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e na forma do seu Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Considerar o estado de calamidade pública e, a situação de excepcionalidade dos fatos ocorridos neste exercício de 2020, em razão das consequências geradas pela pandemia de COVID-19, no âmbito do SINGERH.

Art. 2º - Autorizar, que os Comitês de Bacia Hidrográfica possam emitir deliberação, permitindo que sua Entidade Delegatária, contratada para o exercício da função de Agência de Água utilize, de forma excepcional, como um adiantamento temporário e emergencial, entre exercícios, recursos oriundos da cobrança pelo uso da água e de suas aplicações financeiras, que estejam depositados em suas contas bancárias, para o pagamento de despesas de custeio.

§ 1º - Os recursos mencionados no caput deste artigo são aqueles anteriormente destinados, via deliberação do Comitê de Bacia Hidrográfica, para as ações e projetos de investimentos na respectiva região hidrográfica.

§ 2º - Os valores utilizados para cobertura das despesas de custeio, autorizados por essa resolução, deverão sofrer ajuste de contas, quando da normalização do fluxo anual de arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos e, conseqüente devolução dos recursos recebidos para a conta originária de investimentos, segundo as regras que forem estabelecidas, em um prazo máximo de até xx (xx) anos, após a disponibilização.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor em \*\*\*\*\*.

**ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO**  
Presidente do CNRH

**MARCELO PEREIRA BORGES**  
Secretário-Executivo do CNRH

**Obrigada!**

